GRUPO PARLAMENTAR

**PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 1714 /XIII/3ª**

**RECOMENDA AO GOVERNO QUE PROMOVA O APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE A VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÓMICA E O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO DOURO E DA REPOSIÇÃO DA SUA CONEXÃO COM A REDE FERROVIÁRIA ESPANHOLA**

Em janeiro de 2017 foram divulgados os resultados e as conclusões de um estudo realizado pelas Infraestruturas de Portugal (IP, *Linha do Douro: Troço Ermesinde – Barca d'Alva e ligação a Salamanca. Análise de Intervenções na Infraestrutura Ferroviária*, setembro 2016, 70 p.) sobre a viabilidade de requalificação e o potencial de desenvolvimento da Linha do Douro.

Segundo os autores deste estudo, a Linha do Douro é um itinerário ferroviário lógico de integração funcional da Área Metropolitana do Porto, e de toda a região Norte, com a Península Ibérica e a Europa além-Pirenéus, sendo esta alternativa reconhecida como a melhor opção nas dimensões técnico-operacionais, económicas e estratégicas. E, ao mesmo tempo, consideram esta ligação ferroviária como um vetor incontornável para o desenvolvimento transfronteiriço, envolvendo não só as áreas de Salamanca e Trás-os-Montes e Alto Douro, mas o conjunto do Norte de Portugal e de Castilla y León.

As suas conclusões, comentadas e analisadas em vários artigos de opinião e de cariz técnico entretanto publicados, permitem destacar quatro aspetos da máxima relevância sobre o potencial da Linha do Douro. Com efeito o estudo:

1. Desmistifica a tese de uma alegada «inadequação técnica» da via e do corredor para a circulação de composições pesadas de mercadorias;

2. Coloca a via férrea como solução natural e incontornável, quer no atendimento das necessidades dos «*hinterlands*» de plataformas logísticas como o Porto de Leixões e Valongo-São Martinho do Campo, quer garantindo, ao mesmo, tempo uma saída atlântica rápida aos portos secos da Rede Logística de Castilla-y-León;

3. Enquadra a valência «passageiros» na estrita articulação com as atividades económicas das regiões atravessadas, sendo-lhe atribuído um papel catalisador do desenvolvimento regional, em particular no setor turístico, uma vez que liga vários sítios classificados como Património Mundial, do Porto a Salamanca, passando pelo Douro e Côa;

4. Demonstra que o cenário mais caro de reabilitação da Linha do Douro, orçamentado em cerca de 473 M€, é consideravelmente inferior a outras alternativas de ligação à rede espanhola e custa menos do que a construção de, por exemplo, 4 estações do Metropolitano de Lisboa.

Considerando que este estudo foi elaborado por uma entidade pública tutelada pelo Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e tendo em conta o alcance das suas conclusões, era nossa expectativa, e seguramente de muitos outros cidadãos e instituições locais, regionais e nacionais, que ao mesmo fosse dada a atenção e a importância que merece. Face aos argumentos de natureza técnica e económica enunciados e ao diferencial de custos estimado relativamente a outros cenários, esperava-se que o Governo tratasse com rigor e seriedade esta opção, mandando completar e aprofundar a análise realizada e colocando a Linha do Douro em cima da mesa da decisão política.

Infelizmente, e por razões que não conseguimos entender e para as quais não encontramos qualquer fundamento aceitável, o governo ignorou olimpicamente as conclusões deste estudo e não abriu até agora o debate público que se impõe sobre a reabilitação e o desenvolvimento da Linha do Douro.

Com a realização da XXIX Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu em Vila Real a 29 e 30 de maio de 2017, tivemos a fundada esperança de que o governo português incluísse o tema da linha do Douro na agenda política.

Uma esperança baseada, em primeiro lugar, na ambição formulada pelo Senhor Primeiro-Ministro, em várias ocasiões, de transformar as regiões periféricas do Interior na nova centralidade peninsular. Perante esta ambição, a expectativa era enorme. Todos esperávamos a materialização deste desígnio numa medida objetiva ou num projeto concreto que traduzisse essa ambição de transformar o Douro numa nova centralidade ibérica.

Em segundo lugar, o Fórum Parlamentar Luso-Espanhol, reunido uma semana antes em Vila Real, tinha, pela primeira vez, incluído a Linha do Douro nas suas conclusões, recomendando a ambos os governos a análise deste tema e o aprofundamento dos estudos sobre a viabilidade da sua retoma.

Finalmente, em terceiro lugar, face às notícias recentes sobre o potencial de desenvolvimento da Linha Ferroviária do Douro, acreditávamos que o Senhor Primeiro-Ministro manifestasse a vontade do Governo em, pelo menos, avaliar a sua reconversão e revitalização e sensibilizasse o seu homólogo espanhol para a relevância deste importante projeto para a região do Douro e do país.

A não inclusão da Linha Ferroviária do Douro na agenda e nas conclusões da XXIX Cimeira Luso-Espanhola constituiu, pois, uma omissão política do Governo porque contraria a retórica sobre o novo desígnio das regiões do Interior, ignora as recomendações dos parlamentares portugueses e espanhóis e faz veto de gaveta ao estudo de uma entidade pública que demonstra o interesse, a pertinência e a viabilidade da sua requalificação e reposição.

Muito embora o governo tenha rejeitado, desde meados de 2017, a possibilidade de incluir o tema da Linha do Douro na lista das suas preocupações políticas, a verdade é que os autarcas, os deputados, os empresários e os dirigentes associativos da região não desistiram desse objetivo. Ao longo dos últimos meses, têm-se multiplicado as declarações públicas e as tomadas de posição sobre a urgência de promover um amplo debate nacional sobre os resultados e as conclusões do estudo das Infraestruturas de Portugal, bem como de o prosseguir e de aprofundar os aspetos que carecem de uma análise mais detalhada e fundamentada.

A relevância e o potencial de desenvolvimento da Linha Ferroviária do Douro foram ainda reconhecidos num estudo da Comissão Europeia (Direção Geral da Política Regional e Urbana) recentemente publicado e intitulado «*Comprehensive analysis of the existing cross-border rail transport connections and missing links on the internal EU borders. Final report. March 2018*».

O principal objetivo deste trabalho foi o de fornecer aos decisores políticos a todos os níveis - locais, regionais, nacionais e europeus - apoio analítico para a identificação de projetos ferroviários transfronteiriços promissores e, portanto, também como base para a racionalização e priorização e apoio financeiro. O resultado central é uma compilação de projetos potencialmente viáveis, criados com base nas informações disponíveis, tendo sido recolhidas informações pertinentes sobre as especificações técnicas das conexões ferroviárias e avaliado o potencial, os benefícios e os custos operacionais da sua reativação.

Os autores do estudo identificaram 365 ligações ferroviárias transfronteiriças em toda a União Europeia e selecionaram, com base em critérios técnicos, económicos e operacionais, uma *shorlist* com os 48 projetos mais promissores e com maior potencial de reativação e entre os quais se inclui a linha do Douro (Pocinho [PT] - Barca de Alva [PT] - Fregeneda [ES] - Salamanca [ES]).

As conclusões do estudo encomendado pela Comissão Europeia são, portanto, convergentes com as do estudo precedente das Infraestruturas de Portugal e demonstram, de forma inequívoca, o interesse e o potencial da Linha Ferroviária do Douro e, justificam, mais do que nunca, que este projeto tenha por parte do governo a atenção e o cuidado que realmente merece.

**Nesse sentido, face ao exposto e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República recomenda ao Governo que:**

1. Divulgue os estudos e outros documentos técnicos relevantes sobre a Linha do Douro e promova um amplo debate nacional sobre a viabilidade da requalificação e modernização da Linha do Douro e o seu potencial contributo para o desenvolvimento regional e o reforço da atratividade e da competitividade da economia nacional;
2. Promova, com o indispensável rigor e independência, o aprofundamento dos estudos já realizados sobre a viabilidade da requalificação e da reativação da Linha do Douro no sentido de esclarecer potenciais dúvidas e robustecer os fundamentos técnicos, económicos e financeiros do projeto e do impacto regional e nacional;
3. Inscreva o projeto de requalificação e reativação da Linha do Douro lista das prioridades da «Estratégia Portugal 2030» para o próximo ciclo de programação comunitária.

Palácio de São Bento, 15 de junho de 2018

**Os Deputados**